

Informativo n. 02/2026

Informativo n. 02/2026	1
1. Auditoria Interna	1
2. Integridade	1
3. Patrimônio e Orçamento Público	2
3.1 Gestão Fiscal, Recursos, Despesas, Fundos, Contas e Custas judiciais/extrajudiciais	2
3.2 Doação de bens	3
3.3 Gestão e destinação de valores e bens oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ	5
4. Acordos, Convênios e Congêneres	6
5. Gestão de Pessoas, Comissões, Cargos Comissionados e Funções Gratificadas	7
5.1. Concurso, promoção, vacância e remoção de magistrados	7
5.2 Movimentações Funcionais, Cargos e titularidades extrajudiciais	8
6. Regulamentações, Manuais, Normas, Planos, Políticas e Procedimentos	9

1. Auditoria Interna

[Portal Institucional da Secretaria de Auditoria Interna](#), com registro das notícias, dos Informativos, dos Planos de Auditoria, da Legislação correlata aplicável à Unidade de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 7](#), de 10/03/2026. Estabelece as atribuições dos cargos e funções que compõem a Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como as diretrizes para os procedimentos e as técnicas de auditoria interna.

[Portaria n. 979](#), de 16/03/2026. Aprova o Plano Anual de Capacitação - 2026 (PAC-Aud), elaborado pela Secretaria de Auditoria Interna – SAI/TJ, referente ao exercício de 2026.

2. Integridade

Foi comemorado no dia 23 de fevereiro o **Dia Internacional da Ética**, data fundamental para pausarmos e refletirmos sobre o impacto das nossas escolhas cotidianas, tanto nas relações pessoais quanto nas esferas corporativas e políticas. Em um mundo cada vez mais polarizado, acelerado e mediado por novas tecnologias, dedicar um momento para fortalecer esses valores essenciais não é apenas uma formalidade de calendário, mas o passo mais importante para garantir que o progresso humano caminhe sempre lado a lado com a responsabilidade.

No dia 7 de abril, os membros do Comitê de Integridade Institucional se reuniram para tratar do andamento das atividades relacionadas no Plano de Ação de Integridade, a fim de buscar novas perspectivas para o fortalecimento do Tribunal nos diversos aspectos que envolvem a matéria.



Registro Fotográfico

O Comitê de Integridade encaminhou por meio do processo SEI n. **2026/000018428-00**, minuta de acordo de cooperação técnica com a Polícia Militar do Amazonas, a fim de ajustar o compartilhamento de boas práticas entre as instituições.

3. Patrimônio e Orçamento Público

3.1 Gestão Fiscal, Recursos, Despesas, Fundos, Contas e Custas judiciais/extrajudiciais

[Resolução n. 3](#), de 03/02/2026. Aprova anteprojeto de lei que altera a Lei nº 3.226, de 04 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 4](#), de 10/02/2026. Aprova a solicitação formal ao Governador do Estado do Amazonas para envio à Assembleia Legislativa, visando à alteração do percentual do duodécimo destinado ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas na Lei n.º 7.641/2025 (LDO 2026) e à adequação da proposta da LOA 2026.

[Resolução n. 6](#), de 04/03/2026. Aprova anteprojeto de lei que altera a Lei nº 3.226, de 04 de março de 2008, que estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para incluir o Adicional de Periculosidade no rol de vantagens remuneratórias asseguradas aos servidores, além de fixar o percentual de atribuição do referido adicional.

[Resolução n. 14](#), de 14/04/2026. Aprova anteprojeto de Lei Ordinária que altera o Anexo da Lei nº 3.226/2008, para o fim de criar cargos comissionados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como anteprojeto de Lei Complementar que cria a 2ª Vara Tributária e da Dívida Ativa Estadual da Comarca de Manaus.

[Portaria n. 716/2026-PTJ](#), de 27/02/2026. Altera o detalhamento da despesa para o exercício de 2026, da unidade orçamentária “Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual”.

[Portaria n. 1596/2026-PTJ](#), de 28/04/2026. Altera o detalhamento da despesa para o exercício de 2026, da unidade orçamentária “Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual”.

[Provimento n. 530/226](#). Estabelece as normas locais para a prestação do serviço de conta notarial vinculada no âmbito do Estado do Amazonas, complementando e detalhando as diretrizes gerais fixadas pelo Provimento CNJ n.º 197/2025.

[Resolução n. 10/2026](#). Aprova o Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que altera as tabelas de emolumentos constantes na Lei Estadual n.º 2.751/2002, com as modificações introduzidas pelas Leis Estaduais n.º 6.636/2023 e n.º 7.500/2025.

[Balanco Financeiro](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04101-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Balanco Orçamentário](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04101-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Balanco Patrimonial](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04101-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Balanco Financeiro](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04703-Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual.

[Balanco Orçamentário](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04703-Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual.

[Balanco Patrimonial](#). Exercício 2025. Unidade Gestora: 04703-Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual.

[Portaria n. 1154](#), de 27/03/2026. Institui, no âmbito do Comitê Estadual de Políticas Penais, a Câmara Temática de Orçamento, com caráter consultivo e de apoio técnico, para assegurar a viabilidade financeira, a sustentabilidade fiscal e a governança orçamentária das medidas e metas previstas no Plano Pena Justa Amazonas, promovendo articulação interinstitucional, transparência e captação estratégica de recursos.

[Portaria n. 1174](#), de 31/03/2026. Altera o Detalhamento da Despesa para o exercício 2026, da Unidade Orçamentária 04703-Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário Estadual.

[Portaria n. 1242/2026-PTJ](#). Torna Público, inclusive por meio eletrônico, a retificação e a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de Janeiro/2025 a Dezembro/2025 (3º Quadrimestre 2025).

3.2 Doação de bens

[Portaria n. 407](#), de 03/02/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis ao Instituto Amor Especial, devendo, após celebrada a transferência dos bens, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 31/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 04/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Amor Especial, para a doação de

bens inservíveis classificados como mobiliários, eletrônicos e eletrodomésticos, para fins de interesse social.

[Portaria n. 488](#), de 09/02/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis à Comissão de Residência Médica da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (COREME/SES-AM), devendo, após celebrada a transferência dos bens, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 34/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 05/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, através da Comissão de Residência Médica no Âmbito da Rede Estadual de Saúde do Amazonas, para a doação de bens inservíveis classificados como mobiliários e eletrônicos, para fins de interesse social.

[Portaria n. 611](#), de 19/02/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis à União Noroeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, devendo, após celebrada a transferência dos bens, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 40/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 07/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e da União Noroeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, para a doação de bens inservíveis classificados como mobiliários, eletrônicos e eletrodomésticos, para fins de interesse social.

[Portaria n. 614](#), de 19/02/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis à Polícia Militar do Estado do Amazonas, por meio da 10ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM), devendo, após celebrada a transferência dos bens, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 39/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 06/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e da Polícia Militar do Estado do Amazonas, por meio da 10ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM), para a doação de bens inservíveis classificados como eletrônicos, para fins de interesse social.

[Portaria n. 1021](#), de 18/03/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis para a Polícia Civil do Estado do Amazonas, por meio da Delegacia Distrital de Alvarães – 57.º DIP, condicionada à prévia regularização cadastral do bem de tombo 19225 no sistema AJURI ou sua exclusão do objeto da doação, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 50/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 10/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e da Polícia Civil do Estado do Amazonas, para a doação de bens inservíveis classificados como mobiliários, no total de 9 (nove) unidades, destinados à Delegacia distrital de Alvarães, para fins de interesse social, devendo ser transferidos e retirados pelo donatário.

[Portaria n. 1022](#), de 18/03/2026. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis para a Arquidiocese de Manaus, representada pela Área Missionária São Domingos Sávio, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Extrato n. 49/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#), referente ao Termo de Doação n. 09/2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e da Arquidiocese de Manaus, para a doação de bens inservíveis classificados como eletrodomésticos, no total de 3 (três) unidades, destinados à Área Missionária São Domingos Sávio, para fins de interesse social, devendo ser transferidos e retirados pelo donatário.

3.3 Gestão e destinação de valores e bens oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ

[Demonstrativo](#), de 02/02/2026, dos recursos provenientes da aplicação da pena de prestação pecuniária do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itacoatiara.

[Demonstrativo](#), de 04/03/2026, dos recursos provenientes da aplicação da pena de prestação pecuniária do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itacoatiara.

[Demonstrativo](#), de 10/04/2026, dos recursos provenientes da aplicação da pena de prestação pecuniária do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Itacoatiara.

[Edital de Chamamento Público e Seleção de Projetos n. 1/2025-VEMEPA/TJAM](#). Torna público o cadastramento de instituições, apresentação e aprovação de projetos de entidades públicas com destinação social, interessadas em executar ações a que se destinem os valores da medida de prestação pecuniária.

[Portaria n. 01/2026 - Comarca de Barreirinha-AM](#). Determina à Secretaria da Vara Única a imediata abertura de Conta Judicial Única junto à Caixa Econômica Federal, para a centralização exclusiva dos valores provenientes de prestações pecuniárias, transações penais, suspensões condicionais do processo e acordos de não persecução penal (ANPP) no âmbito da Comarca.

[Edital de Chamamento Público e Seleção de Projetos n. 01/2024-VEMEPA/TJAM](#). Relação de Entidades cadastradas e aprovadas.

[Relação de Instituições selecionadas](#) para receber os recursos provenientes do Edital de Chamamento Público e Seleção de Projetos n. 01/2024-VEMEPA/TJAM, referente a março/2026.

[Relação de valores apreendidos](#) (VEMEPA), no período de fevereiro/2026, para fins de transferência para o Fundo Penitenciário do Amazonas (FUPEAM) com finalidade de pagamento da pena de multa.

[Relação de pagamento à vítima](#) (VEMEPA), no período de fevereiro/2026, referente à pena de prestação pecuniária, conforme artigos 4º e 12 da Resolução n. 558/2024 do CNJ.

[Relação de pagamento à vítima](#) (VEMEPA), no período de março/2026, referente à pena de prestação pecuniária, conforme artigos 4º e 12 da Resolução n. 558/2024 do CNJ.

[Portaria n. 01/2026-CIBAE](#). Dispõe sobre a abertura e movimentação de conta judicial única para centralização de valores oriundos de prestações pecuniárias na Comarca de Barreirinha-AM.

[Edital de Chamamento Público n. 03/2026](#). Convocação oficial para cadastramento de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos e seleção de projetos para eventual destinação de recursos oriundos de prestação pecuniária na Comarca de Itacoatiara/AM.

[Portaria n. 03/2026 - GAB/CI1ITAC](#). Regulamenta e padroniza o cadastramento, a celebração de convênios, a apresentação de projetos, a destinação de recursos e a prestação de contas de recursos oriundos de prestação pecuniária na Comarca de Itacoatiara/AM.

4. Acordos, Convênios e Congêneres

Termos de reciprocidade com hospitais, clínicas, farmácias de manipulação, laboratórios e centro educacional, objetivando a concessão de descontos diferenciados para servidores e seus dependentes. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/acordos-terminos-convenios-e-protocolos-vigentes>.

[Extrato n. 36/2026](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Acordo de Cooperação Técnica n. 13/2026, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Borba. Conjugação de esforços entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Borba para viabilizar a realização de perícias médicas e psicossociais em processos judiciais que tramitam na Comarca de Borba, especialmente aqueles que envolvam interdição civil e concessão de benefícios assistenciais, por meio do deslocamento periódico de peritos judiciais cadastrados e qualificados, assegurando a regularidade, celeridade e eficiência da prestação jurisdicional.

[Extrato n. 38/2026](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Acordo de Cooperação Técnica n. 15/2026, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Município de Maraã-AM. Cessão, sem ônus, de servidores públicos municipais, sendo aqueles que referencialmente já se encontram designados para exercer suas atividades, notadamente em razão do conhecimento por eles adquirido acerca das rotinas judiciais; Cessão de equipamentos necessários para desenvolvimento das atividades laborais.

[Extrato n. 46/2026](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Sétimo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica n. 14/2021, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Estado do Amazonas, por intermédio da Casa Civil, para aumento no quantitativo de servidores previstos, no qual passará a constar a seguinte redação: “Parágrafo Único. Para o alcance do disposto no item 1.1. a CASA CIVIL cederá sem ônus ao TJAM, em fase inicial, 25 (vinte e cinco) servidores”.

[Extrato n. 53/2026](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Convênio n. 01/2026, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de autorizar e disciplinar a concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos Magistrados e Servidores do TJAM, ativos, inativos, aposentados e pensionistas, observada a margem consignável legalmente estabelecida, bem como as condições comerciais e operacionais definidas em cada operação e em seus respectivos instrumentos.

[Extrato n. 64/2026](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Contrato Administrativo nº. 19/2021 - FUNJEAM., entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Banco do Brasil S.A, tendo por objeto a prorrogação, em caráter excepcional, do prazo de vigência do Contrato, a partir de 27/04/2026 até 02/08/2026, relativo à contratação de instituição financeira para

prestação de serviços bancários de arrecadação de receitas públicas do Tribunal de Justiça do Amazonas, através de boleto bancário registrado com código de barras em padrão da Federação Brasileira de Bancos –FEBRABAN, na modalidade cobrança com registro, a ser recolhido através dos meios disponíveis, quais sejam terminais de autoatendimento, internet, entre outros, com prestação de contas diária pelo CONTRATADO, dos valores arrecadados.

5. Gestão de Pessoas, Comissões, Cargos Comissionados e Funções Gratificadas

[Portal da Secretaria de Gestão de Pessoas](#), com acesso a informações sobre escala de férias, saldos de férias e de licença especial, fluxos, calendário de pagamento, acesso a contra-cheque, banco de talentos, gestão por competência, legislação e vídeos explicativos dos requerimentos.

[Edital da 1ª Convocação - SPED2025/01](#). torna pública a 1ª convocação de candidatos(as) da Seleção Pública para Estágio de Nível Superior em Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (DIREITO CAPITAL).

[Resolução n. 5](#), de 24/02/2026. Aprova o anteprojeto de lei que altera o Anexo da Lei nº 3.226/2008, transformando 1 (um) cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo PJ-DAS, nível III e 3 (três) funções gratificadas, símbolo FG-1, em 3 (três) cargos de provimento em comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo PJAG.

[Resolução n. 9](#), de 10/03/2026. Aprova o anteprojeto de lei que concede ao servidor efetivo ou comissionado dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas o direito de se afastar do serviço por 01 (um) dia durante o ano, na data de seu aniversário natalício.

[Resolução n. 11](#), de 31/03/2026. Aprova o anteprojeto de lei que altera o Anexo da Lei Ordinária n. 3.226/2008 do Estado do Amazonas, para criar 01 (um) cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo PJ-DAS, nível III, vinculado à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

5.1. Concurso, promoção, vacância e remoção de magistrados

[Edital n. 07/2026-PTJ](#). Torna pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus-AM, que deverá ser preenchida mediante processo de remoção pelo critério de merecimento.

[Edital n. 08/2026-PTJ](#). Torna pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri (Juiz Presidente) da Comarca de Manaus-AM, que deverá ser preenchida mediante processo de remoção pelo critério de antiguidade.

[Edital n. 09/2026-PTJ](#). Torna pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri (Juiz Presidente) da Comarca de Manaus-AM, que deverá ser preenchida mediante processo de remoção pelo critério de merecimento.

[Edital n. 10/2026-PTJ](#). Torna pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri (Juiz Presidente) da Comarca de Manaus-AM, que deverá ser preenchida mediante processo de remoção pelo critério de merecimento.

[Edital n. 11/2026-PTJ](#). Torna pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Boca do Acre-AM, que deverá ser preenchida mediante processo de remoção pelo critério de antiguidade.

[Edital n. 012/2026-TJ](#). Torna pública a existência de 1 (uma) vaga de membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para a classe de magistrados - Juiz de Direito.

[Edital n. 013/2026-TJ](#). Torna pública a vacância de 01 (um) cargo de Desembargador(a) deste Tribunal de Justiça, a ser preenchido mediante processo de promoção pelo critério de merecimento, com observância da formação de lista mista nos termos da Resolução CNJ nº 525/2023.

[Edital n. 002/2026-CGJECC](#). Torna pública a vacância de suplente da 3ª Turma Recursal do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchida pelo critério de merecimento.

[Edital n. 003/2026-CGJECC](#). Torna pública a vacância de membro da 2ª Turma Recursal do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchida pelo critério de antiguidade.

[Resolução n. 13](#), de 08/04/2026. Institui a escolha de nome para as Turmas de Juízes Substitutos empossados na carreira da magistratura do Estado do Amazonas.

[Concurso n. 002/2026-TJAM](#) - 3º Prêmio da Revista de Direito da Amazônia de Artigos Científicos - Professor João dos Santos Braga.

5.2 Movimentações Funcionais, Cargos e titularidades extrajudiciais

[Ato n. 75](#), de 06/02/2026. Autoriza a movimentação horizontal e vertical na carreira dos servidores e das servidoras relacionados nos autos do Processo Administrativo nº 2025/000069364-00, na forma da Lei nº 3.226, de 04 de outubro de 2008, referente ao período de 01 a 28/02/2026.

[Ato n. 109](#), de 11/03/2026. Autoriza a movimentação horizontal e vertical na carreira dos servidores e das servidoras relacionados nos autos do Processo Administrativo nº 2025/000069364-00, na forma da Lei nº 3.226, de 04 de outubro de 2008, referente ao período de 01 a 31/03/2026.

[Ato n. 174](#), de 08/04/2026. Autoriza a movimentação horizontal e vertical na carreira dos servidores e das servidoras relacionados nos autos do Processo Administrativo nº 2025/000069364-00, na forma da Lei nº 3.226, de 04 de outubro de 2008, referente ao período de 01 a 30/04/2026.

[Resolução n. 8](#), de 10/03/2026. Declara estatizada a serventia do foro judicial da Comarca de Careiro da Várzea/AM, nos termos do art. 31 do ADCT-CF/88.

[Ato n. 182](#), de 10/04/2026. Declara a vacância da delegação do Cartório Extrajudicial da Comarca de Caapiranga/AM, em razão de renúncia voluntária, expressa e irretratável, com fundamento no art. 236, § 1.º, da Constituição Federal, no art. 39, inciso IV, da Lei n.º

8.935/1994, na Lei Complementar estadual n.º 261/2023 e demais normas de regência, devendo surtir seus efeitos jurídicos cabíveis.

6. Regulamentações, Manuais, Normas, Planos, Políticas e Procedimentos

[Portaria n. 442](#), de 04/02/2026. Aprova o Modelo Geral de Termo de Compromisso para pagamento de precatórios como padrão oficial a ser adotado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 01](#), de 27/01/2026 - CT (Comissão de Acompanhamento, Gestão e Controle do Teletrabalho). Estabelece interpretação de que os cargos de assessoria jurídica de magistrados, na forma do § 1.º do art. 12 da Resolução n.º 23/2022-TJAM, são admissíveis no programa de teletrabalho, desde que não exerçam chefia da unidade de lotação, conforme disposto no caput do referido art. 12 c/c art. 11, VIII, da mesma norma regulamentar.

[Portaria n. 02/2026-2ªVECCDSVDCA](#). Determina o encerramento do programa de teletrabalho no âmbito da 2ª Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual e de Violência Doméstica Contra as Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, em 30 de junho de 2026, em razão de sua incompatibilidade com as atuais necessidades operacionais e de gestão da unidade.

[Extrato n. 35/2026-SECOP/DVCC/SCOA](#). Acordo de Cooperação Técnica n.º 12/2026, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas (ANOREG), para a implantação, operacionalização, suporte, manutenção e evolução contínua de solução destinada à gestão, fiscalização e controle da atividade extrajudicial, consistente na disponibilização de solução tecnológica, abrangendo sistemas de informação, suporte técnico e capacitação para utilização dos selos eletrônicos de fiscalização e controle dos serviços notariais e de registro público, previstos na Lei n.º 3.005/2005; e para a implantação, operacionalização, suporte e manutenção do Sistema de Informação de Documentos - SIDOC, dos atos Notariais e Registrais de Cartórios Extrajudiciais do Estado do Amazonas, nos termos do Provimento n.º 497/2025-CGJ/AM.

[Programa Justiça Carbono Zero](#). Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

[Portaria n. 1202](#), de 31/03/2026. Instituir o [Plano de Logística Sustentável](#) 2021-2026 (revisado e atualizado em 2026), para adequação à Resolução CNJ n. 594/2024 (Programa Carbono Zero).

[Provimento n. 531/2026](#). Aprova o Código de Normas do Foro Extrajudicial do Estado do Amazonas, destinado a regulamentar, disciplinar e orientar as atividades extrajudiciais prestadas no Estado do Amazonas.

[Portaria n. 01/2026-CGTIC](#). Estabelece as diretrizes institucionais para governança, uso, saneamento, regularização e conformidade do ambiente de computação em nuvem no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 02/2026-CGTIC](#). Aprova o Plano de Transformação Digital (PTD) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) para o ano de 2026.

[Portaria n. 1579](#), de 27/04/2026. Institui o Almoxarifado Virtual como modelo estratégico de gestão para a aquisição e o fornecimento de materiais de consumo administrativo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.